

PARQUE ESTADUAL DO ITAPETINGA/SP CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Nayra de Moraes Gonçalves¹
João Luiz de Moraes Hoeffel²

INTRODUÇÃO

A preocupação mundial com a gestão dos recursos naturais e sua conservação têm determinado a elaboração de diversas políticas públicas e destaca-se entre elas a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000).

No Brasil as Unidades de Conservação (UCs) foram criadas, em especial a partir dos anos 1970, com o objetivo de preservar áreas com características naturais e culturais singulares, assim como difundir na sociedade a importância da conservação ambiental (SÃO PAULO, 2000).

As UCs podem ser consideradas, desta forma, um instrumento geopolítico de controle do território, objeto de disputas territoriais devido aos conflitos de interesses gerados por aspectos culturais e históricos decorrentes de sua ocupação, que contribuíram para a formação do espaço territorial brasileiro.

A atual legislação sobre UCs as divide em Unidades de Uso Sustentável, nas quais deve-se compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais, e as Unidades de Proteção Integral, que visam a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Pertencentes à categoria de Unidades de Proteção Integral, os Parques, objeto de estudo do presente trabalho, podem ser Nacionais ou, quando criados pelo Estado ou município são denominados respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal, e tem como objetivo:

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e contato com a natureza, e de turismo ecológico (BRASIL, 2000, p. 16).

Contudo, a forma de organização e apropriação do espaço imposta pela criação de parques é naturalmente potencializadora de conflitos, visto que sobrepõem diversas territorialidades, que envolvem propostas diferenciadas para o uso e ocupação do solo.

O fato de que os Parques serem de domínio público e, portanto, as áreas particulares incluídas em seus limites devam ser desapropriadas, somado à forma como as UCs são criadas, ou seja, definidas pelo Poder Público, de forma pouco negociada com a população e sem considerar a dinâmica local, tem gerado diversos conflitos.

Medeiros (2004) afirma que desde a origem da implementação de áreas protegidas de maior restrição, como é o caso dos Parques, um dos principais problemas são os conflitos pelo uso destes espaços.

Diegues e Arruda (2001) salientam que para os defensores do modelo de parques sem moradores, as razões que justificam a crise em que se encontram as unidades de conservação relacionam-se à falta de verbas para desapropriação e investimentos, bem como a ausência de fiscalização e informações aos visitantes. Já para os que defendem outras alternativas de conservação, segundo os referidos autores, essas dificuldades ocorrem devido, justamente, ao modelo atual predominante nas áreas protegidas, criado para o contexto norte-americano, e que não se aplicaria ao contexto dos países tropicais. Ainda segundo estes autores, o modelo de área natural desabitada interessaria aos governos por constituírem reservas naturais de grande beleza cênica e de destino turístico, e porque seria mais fácil a negociação de contratos de uso da biodiversidade em espaços por eles controlados.

Outra questão a ser analisada é o processo de regulamentação das UCs, um processo longo que abrange várias etapas, incluindo o levantamento fundiário da área, que deve conter os recursos naturais e benfeitorias existentes; a elaboração do plano de zoneamento e manejo para definir espacialmente e organizar as regras de uso, apropriação das terras e recursos disponíveis; e posteriormente a desapropriação ou remanejamento dos moradores que se encontram no perímetro do Parque (GUANAES, 2006). Sem a regulamentação, uma UC existe somente “no papel”, ou seja, apenas em seu decreto de criação, o que ocorre em muitas áreas protegidas brasileiras.

Segundo Irving et al. (2006), menos da metade dos parques nacionais possuem Plano de Manejo, e muitos estão desatualizados ou obsoletos. Além disso, os autores salientam que na maioria das vezes o Plano de Manejo é um documento técnico, com custos de elaboração elevados, de uso restrito aos gestores e que não privilegia a participação do ator local.

O Plano de Manejo tem como objetivo, segundo o Decreto de Regulamentação dos Parques Nacionais “compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos com a utilização dos benefícios deles advindos”, o que compreenderia técnicas de planejamento ecológico que determine o zoneamento da UC, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico de acordo com sua finalidade (BRASIL, 1979; GUANAES, 2006).

Assim, o Plano de Manejo¹ pode ser interpretado como um instrumento orientador para a gestão da UC e deve ser elaborado em um prazo de até quatro anos a partir da data de criação da mesma, o que também, em muitos casos, não ocorre.

Além disso, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê um Conselho Gestor para cada área protegida, que dentre os objetivos pode-se citar a elaboração do regimento interno da UC; organização para a realização do plano de manejo de unidades ainda não regulamentadas; auxílio na compatibilização do

interesse dos diversos segmentos sociais relacionados à UC, aproximando a população local; realização de atividades educativas e culturais e auxílio para encontrar soluções para a auto-sustentabilidade da unidade (IRVING et al., 2006).

“O Conselho Gestor representa, portanto, um instrumento de gestão, uma instância potencial para a construção de governança, de expressão local, representação e participação da sociedade...” (IRVING et al., 2006, p. 44). Pode ser considerado um mediador entre a sociedade civil e o Estado, o que justifica a sua importância. Contudo, ainda são poucos os conselhos existentes, o que representa outro problema comum nas UCs brasileiras.

Do ponto de vista da preservação de comunidades biológicas, segundo Primack e Rodrigues (2001), o estabelecimento de áreas legalmente protegidas é uma das medidas mais controvertidas, pois a legislação e a aquisição de terras, por si só, não asseguram a preservação, contudo, representam uma medida importante. Os autores ressaltam que as áreas protegidas podem incluir muitas, ou até mesmo a maioria das espécies de um país, porém alertam que o número de espécies existentes em um parque recém criado é importante como indicador de seu potencial, mas o valor real do parque está na sua habilidade de manter populações destas espécies a longo prazo. Outro aspecto apontado pelos autores é a importância da conservação de espécies fora das áreas protegidas, pois se as áreas que cercam os parques forem degradadas, a diversidade biológica dentro dos mesmos consequentemente diminuirá.

Diegues (1998, p.35) aponta que este modelo de preservação por meio de áreas naturais protegidas é “injustamente seletivo, pois privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista estético (...) discriminando áreas naturais menos “nobres”, como pântanos, brejos, etc., ainda que estas áreas possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas”.

Neste sentido Badialli (2004) afirma que a motivação que norteou a criação do primeiro parque nacional foi a preservação de atributos paisagísticos, importância

histórica e potencial para atividades de lazer. A atual preocupação em relação à preservação da biodiversidade surgiu a partir do século XX.

As atividades passíveis de realização na área dos parques são o desenvolvimento de atividades de turismo ecológico, a educação e interpretação ambiental, além de pesquisa científica (BRASIL, 2000).

Uma das estratégias para a rentabilidade econômica destas áreas tem se baseado no ecoturismo, que possui capacidade de gerar receitas diretas (cobrança de ingresso aos visitantes), ou indiretas (hospedagem e alimentação, por exemplo).

Lima (2003) salienta que a gestão do ecoturismo deve garantir os objetivos de conservação da natureza e manutenção da qualidade ambiental, bem como permitir que os benefícios gerados por suas atividades sejam incorporados pela população local que, uma vez decidida a participar, demandará capacitação e investimentos.

Entretanto, observa-se que em muitas UCs a atividade turística é responsável pela ocorrência de diversos efeitos negativos e indesejáveis, resultado do planejamento de forma inadequada ou até da ausência do mesmo.

Outro ponto importante é a educação ambiental, um instrumento capaz de despertar no visitante uma consciência e comportamento compatíveis com a preservação ambiental, o que só será possível se a mesma não for abordada de forma indiscriminada e superficial, o que também ocorre em muitas UCs.

Pode-se concluir que apesar da expansão de áreas protegidas brasileiras, inúmeros fatores impedem seu efetivo funcionamento, destacando-se a ausência de integração das unidades de conservação à dinâmica local e questões globais, que gera diversos conflitos em distintas localidades, como conseqüência à criação e implementação de áreas protegidas de forma autoritária e pouco negociada (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2006).

Desta forma, o presente trabalho visa apresentar as características socioambientais do Parque Estadual do Itapetinga/SP, unidade de conservação recém criada, avaliando os desafios e potencialidades do mesmo. Os procedimentos metodológicos que orientaram a elaboração do trabalho envolveram o levantamento bibliográfico e coleta de dados secundários, que serão apresentados a seguir.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O PARQUE ESTADUAL DE ITAPETINGA E SUA INSERÇÃO NA SERRA DE ITAPETINGA

Em 30 de Março de 2010, através do Decreto nº 55.662 o governo do Estado de São Paulo criou novas unidades de conservação na porção norte do referido Estado, com o intuito de ampliar o sistema de áreas protegidas regional e compor, conjuntamente com o Parque Estadual da Cantareira, o maior remanescente florestal protegido de toda a região metropolitana de São Paulo, o Sistema de Áreas Protegidas do Contínuo da Cantareira: Serra do Itaberaba e Itapetinga (SÃO PAULO, 2010; PELLIN, 2010).

Estas novas Unidades de Conservação correspondem ao Parque Estadual de Itaberaba, o Parque Estadual de Itapetinga, a Floresta Estadual de Guarulhos e o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande, possuem uma área de aproximadamente 29 mil hectares e abrangem os municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Mairiporã, Nazaré Paulista, Arujá, Guarulhos e Santa Isabel (Fig.1) (SÃO PAULO, 2010).

Estas Unidades de Conservação protegerão um importante remanescente de Mata Atlântica que gera diversos benefícios ambientais, dos quais destacam-se: a proteção aos mananciais que abastecem as cidades; conforto climático; a conservação da biodiversidade; a proteção de solos; a possibilidade de uso para recreação; o estímulo à realização de pesquisas e potencial para novas descobertas científicas e o estímulo ao desenvolvimento de atividades de geração de renda mais sustentáveis, conforme apontado por Pellin (2010).

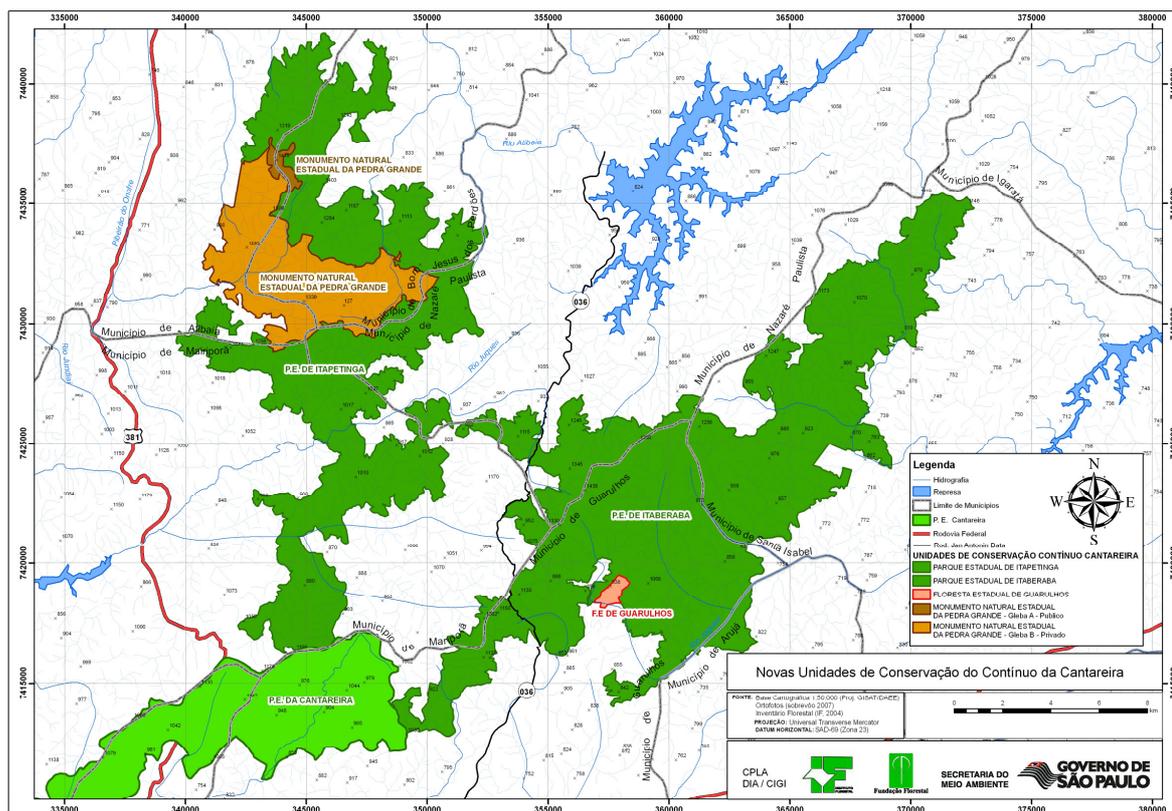


Fig. 1: Unidades de Conservação do Contínuo da Cantareira (Fundação Florestal, 2010)

Contudo, o crescimento desordenado, a falta de critérios quanto ao uso do solo e a urbanização ameaçam a manutenção dos recursos naturais e geram diversos impactos, dos quais na referida região pode-se citar: a especulação imobiliária; legislação inadequada e/ou descumprida; regulamentação fundiária precária; lixo urbano; poluição atmosférica; instalação de atividades ou empreendimentos potencialmente poluidores; usos indevidos das áreas naturais; crescimento do turismo de forma desordenada, dentre outros.

Dentre as novas UCs apresentadas, o objeto de estudo do presente trabalho é o Parque Estadual de Itapetinga, que possui 10.191,63 ha, abrange os municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Mairiporã e Nazaré Paulista e tem como objetivo proteger a biodiversidade e os recursos hídricos da região norte-nordeste da Serra da Cantareira (SÃO PAULO, 2010).

Estudos realizados por Pellin (2010) para a caracterização da área demonstram o uso da terra na Serra do Itapetinga e seu entorno de 500m, o que corresponde a uma área total de 20.966,65 ha. A maior parte deste território, 58,75% é composto por mata, seguido de campo (15,31%), capoeira (8,8%), reflorestamento (7,75%), além de 6,35% de chácaras. Os demais usos não ultrapassam 1% da área considerada, conforme pode ser observado na Tabela 1:

Tabela 1: Uso da Terra - Itapetinga e entorno de 500m

Categoria de Uso da Terra	Área Total (ha)	(%)
Mata	12318,11	58,75
Campo	3210,44	15,31
Capoeira	1844,81	8,8
Reflorestamento	1624,17	7,75
Chácara	1331,88	6,35
Área urbanizada	195,1	0,93
Outros usos	186,69	0,89
Movimentação de terra / solo exposto	70,35	0,34
Hortifrutigranjeiro	68,29	0,33
Espelho d'água	64,46	0,31
Vegetação de várzea	20,75	0,1
Loteamento desocupado	17,18	0,08
Mineração	5,58	0,03
Equipamento urbano	5,52	0,03
Indústria	3,31	0,02
Favela	0	0
Total	20.966,65	100

Fonte: Pellin (2010).

A Fig. 2 demonstra as fitofisionomias existentes na área, com destaque aos usos antrópicos existentes, que incluem condomínios e áreas residenciais, áreas abandonadas, reflorestadas e desmatadas (PELLIN, 2010).

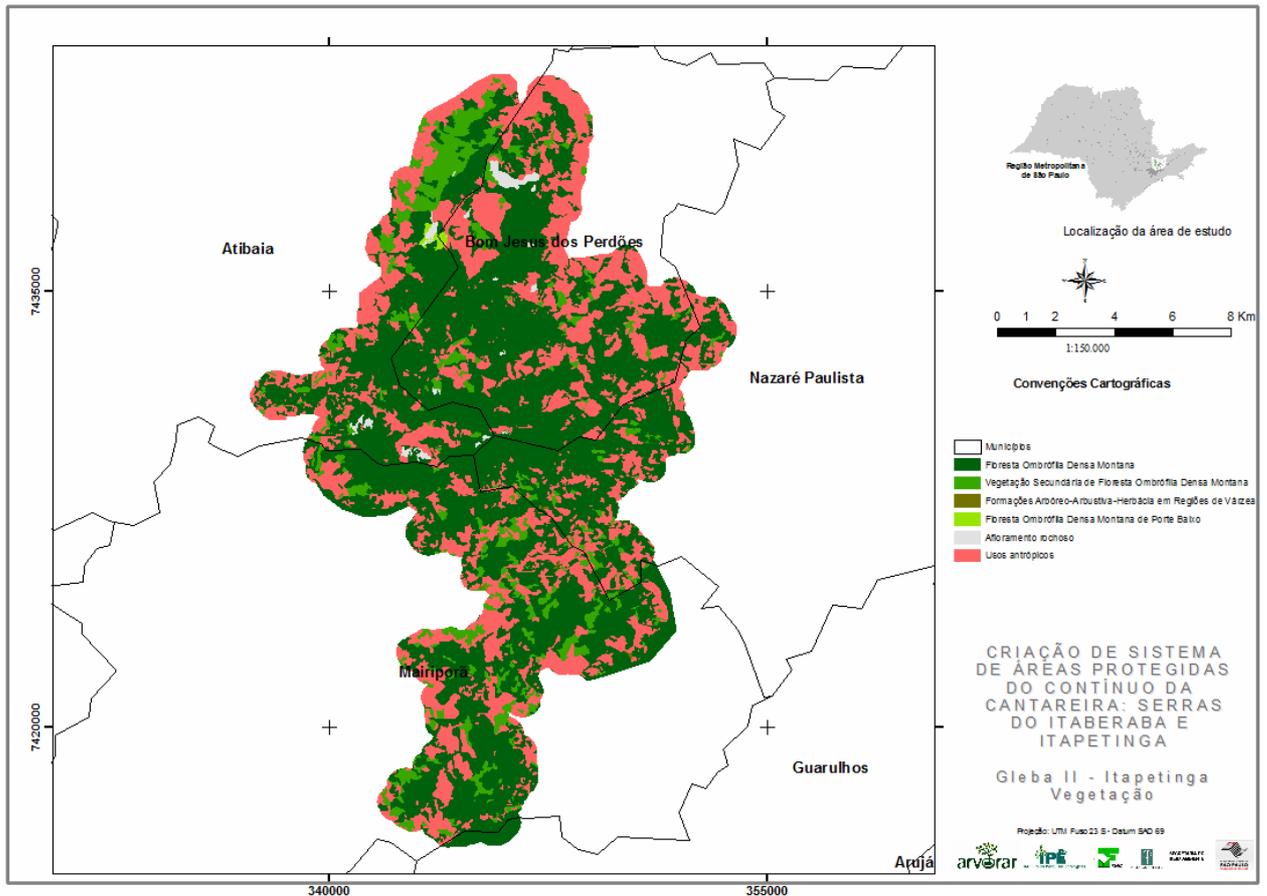


Fig. 2: Fitofisionomias da área da Serra do Itapetinga. Fonte: Pellin (2010).

A autora também identificou as microbacias da Serra do Itapetinga (Fig. 3), que está situada na região de cabeceira de drenagem de duas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs): PCJ (Piracicaba/Capivari/Jundiaí) e Alto-Tietê. Engloba, assim, parte da sub-bacia do rio Atibaia na UGRHI PCJ, tributário do Rio Piracicaba e parte da sub-bacia do Rio Juqueri na UGRHI Alto-Tietê, que compõem o Sistema Cantareira (PELLIN, 2010).

O Sistema Cantareira é um dos maiores sistemas públicos de abastecimento de água no mundo, sendo também o maior sistema produtor de água para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo, representando aproximadamente 57% da produção total. Constitui-se em um conjunto de obras hidráulicas de grande porte, especificamente planejado para abastecer a metrópole de São Paulo e atender as demandas dos cursos de água situados a jusante dos

reservatórios. Utiliza os reservatórios localizados nas cabeceiras dos Rios Atibaia, Atibainha, Cachoeira e Jaguari (formadores do Rio Piracicaba), transpondo água da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba/ Capivari/ Jundiá para a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (SABESP, 1989).

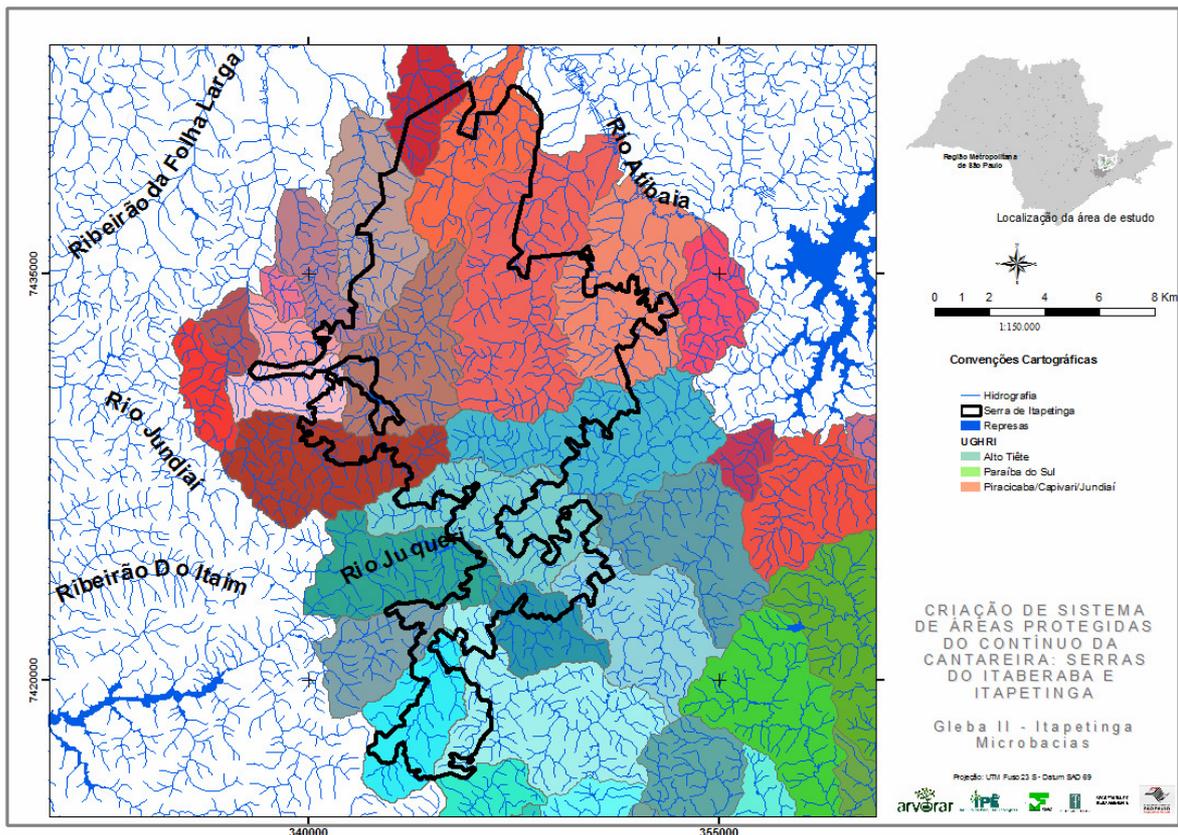


Fig. 3: Microbacias da Serra do Itapetinga. Fonte: Pellin (2010).

A área de estudo encontra-se sobre o escudo cristalino pré-cambriano e as litologias predominantes são rochas antigas do pré-cambriano. Observam-se na mesma, grandes manchas de três unidades litoestratigráficas: Suítes Graníticas Sintectônicas de Fácies Cantareira, Complexo Paraíba do Sul e Grupo São Roque (PELLIN, 2010). Nas manchas da Fácies Cantareira se localiza a Pedra Grande (Fig. 4 e Fig. 5), o ponto de maior beleza cênica, que se encontra evidenciada topograficamente por uma grande e continua massa rochosa granítica.



Fig. 4: Vista do topo da Pedra Grande (Atibaia). Fotografia: Nayra Gonçalves, janeiro/2011.

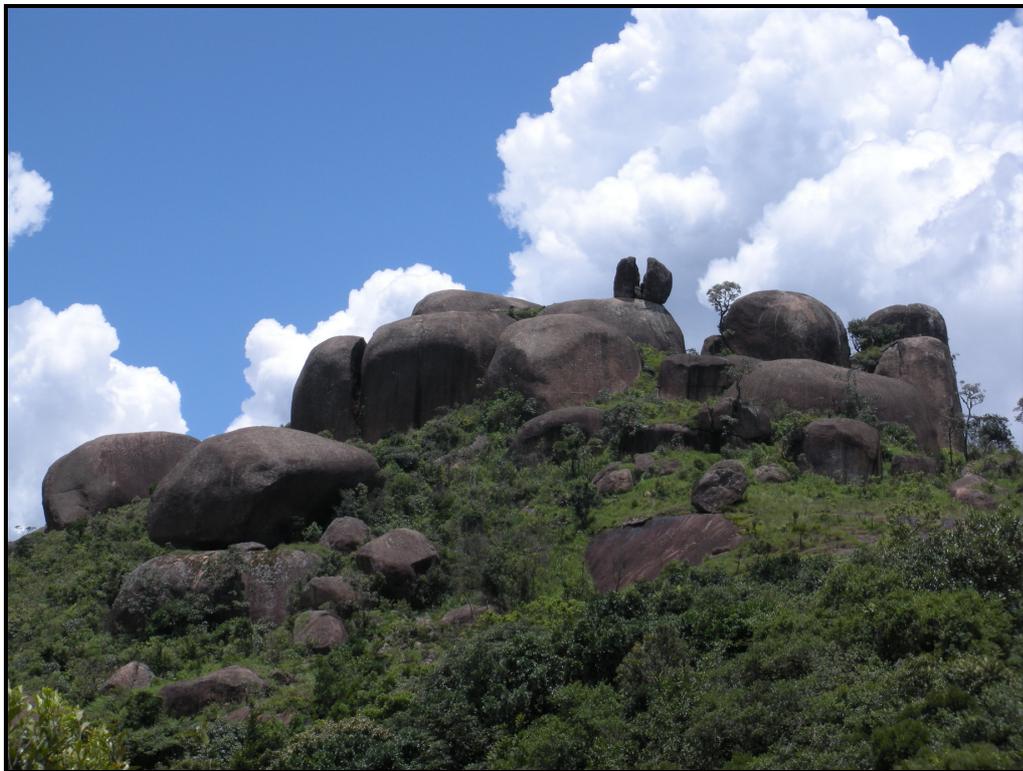


Fig. 5: Vista frontal da Pedra Grande (Atibaia). Fotografia: Nayra Gonçalves, janeiro/2011

Observam-se inúmeros matacões graníticos de tamanhos e formas variados, organizados no topo desta serra. Na Pedra Grande pode-se observar um conjunto de estruturas denominadas “ilhas de solos” ou refúgios de xéridas (Fig. 6 e Fig. 7), espécies vegetais de pequeno porte associadas às finas camadas de solo sobre a contínua massa rochosa (PELLIN, 2010).



Fig. 6: Ilhas de solo na Pedra Grande (Atibaia). Fotografia: Nayra Gonçalves, janeiro/2011



Fig. 7: Detalhe de Ilha de solo na Pedra Grande (Atibaia). Fotografia: Nayra Gonçalves, janeiro/2011

Quanto à geomorfologia, Pellin (2010) apresenta que as áreas de estudo encontram-se no Planalto Atlântico, nas unidades morfoestruturais do Cinturão Orogênico do Atlântico. Nessa unidade morfoestrutural há maior homogeneidade mineralógica, o que oferece maior resistência ao desgaste, sobressaindo relevos mais elevados, como a Serra da Cantareira.

Quanto à diversidade biológica e presença de espécies ameaçadas, os dados disponibilizados para a referida área relacionam-se à flora, avifauna e mastofauna. Pellin (2010) demonstra a existência de 147 espécies de flora nativa distribuídas em 50 famílias. Do total de espécies identificadas, 07 sofrem algum tipo de ameaça estadual (São Paulo), nacional (IBAMA) ou mundial (IUCN).

Em relação à avifauna, a autora apresenta registro de 88 espécies, das quais 30 são endêmicas da Mata Atlântica. Do total registrado, 10 são consideradas raras ou incomuns e 1 sofre ameaça de extinção.

Quanto aos mamíferos, Pellin (2010) considera que devido a grande capacidade de deslocamento de diversas espécies e da conexão com a área de entorno através de mata ou vegetação secundária, as informações de registros de espécies no entorno são relevantes ao diagnóstico deste tipo de fauna. Assim, foram encontradas 33 espécies de mamíferos, pertencentes a 15 famílias. Do total de espécies, três são endêmicas (o bugio *Alouatta clamitans*, o sauá *Callicebus nigrifrons* e o sagüi-da-serra-escuro *Callithrix aurita*), e 29 se encontram em alguma categoria de ameaça ou são consideradas como dados deficientes, seja pelo Estado, país ou a nível mundial. Do total de espécies, 18 registros, pertencentes a 10 famílias foram a partir de dados primários.

A autora salienta que a presença de espécies de primatas endêmicos da Mata Atlântica reforça a importância da conservação da área para a manutenção deste bioma que está entre os principais *hot-spots* de endemismo do mundo.

Além disso, reforça a importância da presença da espécie de morcego *Diphylla ecaudata*, que é considerada ameaçada na categoria vulnerável para o estado de São Paulo, pois este é o maior grau de ameaça para as espécies de morcegos no Estado e apenas quatro espécies aparecem listadas nesta categoria (PELLIN, 2010).

Assim, os dados apresentados caracterizam a Serra do Itapetinga, na qual o Parque Estadual de Itapetinga está inserido. Estes dados demonstram as características físicas e a diversidade biológica local, informações importantes para avaliar os desafios e potencialidades que esta UC apresenta.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO PARQUE ESTADUAL DO ITAPETINGA

Muitos desafios e conflitos envolvem as Unidades de Conservação brasileiras, principalmente relacionados à regulamentação de áreas já existentes legalmente. Dentre os principais problemas nas UCs estão a deficiência de pessoal em número e qualificação, a falta de regulamentação fundiária e a inadequada infraestrutura, o que exige um planejamento adequado para cada área. O planejamento ambiental consiste em uma análise sistemática que deve ser realizada durante todo o processo, analisando as oportunidades e potencialidades, bem como os riscos e perigos inerentes da utilização dos recursos naturais.

Esta realidade não é diferente no Parque Estadual do Itapetinga, sendo necessário que o Poder Público atue de forma eficaz para garantir a proteção destes recursos naturais, bem como o cumprimento da função ecológica e social destas áreas. A elaboração do Plano de Manejo é essencial e deve conter claramente e de forma sistemática as ações que podem e devem ser realizadas naquela área, bem como quais são os responsáveis e quando devem executá-las. Desta forma a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Itapetinga auxiliará na gestão do mesmo, visto que determinará as regras e as possibilidades que envolvem o uso deste espaço, norteando as ações dos diversos atores sociais envolvidos (Poder Público, Sociedade Civil, Organizações, etc.).

Dentre as potencialidades que a área apresenta está o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e ecoturismo. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008) o ecoturismo possui uma proposta de contemplação e conservação da natureza, possibilitando interação e experimentação da mesma de forma sustentável. Esta atividade deve abranger o conhecimento da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 1994).

Deve-se considerar, entretanto, que o ecoturismo, como qualquer atividade, pode produzir impactos positivos ou negativos, contudo esses efeitos são potenciais,

isto é, dependem do modo como o mesmo é planejado, implantado e monitorado. Se desenvolvido de forma adequada, pode ser uma alternativa sustentável de, ao mesmo tempo, explorar e conservar os recursos naturais, oferecendo experiências autênticas, proporcionando uma vivência com novas culturas e ambientes.

Desta forma, acredita-se que o desenvolvimento desta atividade no Parque Estadual do Itapetinga possa gerar benefícios como, por exemplo, a gestão e minimização dos impactos sobre o patrimônio natural e cultural local, melhorias na infraestrutura, a geração de empregos, a geração e diversificação de renda do mesmo.

Contudo é importante salientar que o Brasil possui inúmeros atrativos distribuídos em diversos municípios que podem se tornar pólos ecoturísticos, mas para tanto é importante a disponibilização e instalação de serviços e infraestrutura para que a localidade se torne atrativa e competitiva, possuindo a capacidade de receber e satisfazer seu público. Entretanto, é importante também que a instalação de infraestrutura e oferta de serviços não descaracterize a paisagem e cultura locais.

Antes de se iniciar o desenvolvimento do ecoturismo é importante (como para qualquer tipo de turismo) saber se a população local apóia tal iniciativa e está disposta a se envolver com esta atividade, mesmo que indiretamente, pois é necessário que esta população esteja preparada para conviver e receber os turistas.

A ausência de consenso sobre a conceituação deste segmento de turismo, bem como a falta de critérios, regulamentações e incentivos que organizem o desenvolvimento do mesmo também constitui um grande desafio para que se alcancem os plenos benefícios que a mesma pode proporcionar a uma localidade.

O desenvolvimento do ecoturismo deve estar diretamente relacionado a uma conscientização ambiental, que pode ser construída através dos parâmetros e objetivos da educação ambiental (EA).

Como ferramenta ao desenvolvimento da EA, possui a capacidade de gerar benefícios, mas, para tanto, deve-se desenvolver com base em um planejamento adequado, que considere as características, especificidades e necessidades locais, identificando os aspectos importantes a serem tratados no processo de EA, de forma que as atividades desenvolvidas e a abordagem utilizada pelos mesmos sejam compatíveis. Muitas pessoas possuem uma visão naturalista em relação à educação ambiental, considerando que a mesma restringe-se a temas relacionados à natureza (preservação, paisagens, seres vivos, lixo, recursos naturais), que está diretamente relacionado ao conceito de meio ambiente.

O conceito de meio ambiente deve abranger aspectos naturais e os resultantes das atividades humanas, constituindo o resultado da interação de fatores biológicos, sociais, físicos, econômicos e culturais (BRUGGER, 2004). Nesse sentido, considera-se EA como um processo de aprendizagem permanente, que respeita a todas as formas de vida e incentiva valores e ações que contribuam para a transformação humana e social e para a proteção ambiental (BRASIL, 2005).

A solução dos problemas ambientais não se encontra apenas na gestão dos recursos naturais e na incorporação das externalidades ambientais, mas também no amadurecimento da espécie humana através da mudança de pensamento e sentimento em relação à natureza. A EA representa uma nova função da educação, responsável pela transformação da educação como um todo, em busca de uma sociedade sustentável (LUZZI, 2005).

Desta forma, espera-se que o desenvolvimento do processo de educação ambiental no Parque Estadual do Itapetinga esteja embasado na busca pelo equilíbrio da inter-relação e interação entre o ser humano e a natureza, para que os cidadãos possam desenvolver sentimento de responsabilidade, pensamento crítico, conhecimento, atitudes, motivações e habilidades necessárias para seu envolvimento com as questões ambientais.

Outro ponto observado durante a realização deste estudo é a necessidade de maior articulação entre o Poder Público e a sociedade civil. Percebe-se que as formas de gestão mais bem sucedidas partem do princípio da parceria entre estes segmentos de forma equilibrada, visando um gerenciamento ambiental e social mais justo (HOEFFEL; SEIXAS; GONÇALVES, 2010). Assim, a escolha da forma de implantação dos mecanismos de gestão deve considerar as características da realidade local e regional nas quais se insere o Parque Estadual do Itapetinga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educativo vem consolidando-se como uma ferramenta na formação de cidadãos capazes de entender a complexidade dos problemas ambientais e de propor e executar soluções para estas questões. Por problemas ambientais entende-se não apenas os conflitos gerados entre pessoa(s) e natureza, mas também aqueles gerados entre pessoa(s) e pessoa(s), numa perspectiva de que não é a natureza que está em crise, mas sim as bases nas quais a maior parte das sociedades atuais se mantêm.

Verifica-se que a educação ambiental representa a busca de uma nova educação, que esteja pautada na conservação e preservação ambiental através da construção de novos valores, atitudes e percepções, bem como na visão ampla e sistêmica do meio ambiente.

A educação ambiental através do turismo e o turismo através da educação ambiental possuem o potencial de aproximar e transformar a relação ser humano/natureza, levando à transformação da percepção e ao desenvolvimento de um comportamento crítico acerca das questões ambientais.

Implementar e gerenciar o uso dos espaços inseridos em UCs é um desafio, e não há um modelo de gestão específico que possa ser seguido e aplicado, já que há diversidades e especificidades locais e regionais.

A análise e adaptação de experiências bem sucedidas em outras localidades podem auxiliar no envolvimento da população e na adequação de estratégias para a gestão do Parque à realidade local.

A criação do Parque Estadual do Itapetinga protegerá um importante remanescente de Mata Atlântica que vem sofrendo pressões antrópicas, impedindo a urbanização, o parcelamento do solo e o crescimento desordenado da área, contudo, determina alterações no uso do espaço e, conseqüentemente, na dinâmica local, o que tem gerado diversos conflitos de interesses.

A articulação entre o poder público, a sociedade civil e a gestão compartilhada desta unidade de conservação seria uma forma de minimizar os conflitos existentes e potencializar os benefícios que a preservação desta área pode possibilitar.

NOTAS FINAIS:

¹ Plano de manejo: documento técnico fundamentado nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, mediante o qual se estabelece o seu zoneamento, as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias. Deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos e incluir medidas para promover integração econômica e social com as comunidades vizinhas (BRASIL, 2000).

REFERÊNCIAS

BADIALLI, J. E. L. Unidades de Conservação e o turismo sustentável no Brasil. In: NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. (Org.) **Ecoturismo: práticas para o turismo sustentável**. Manaus: Editora Vale / UniNorte, 2004, p. 67-99.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: 2000.

_____. **Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979**. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Diário Oficial da União. Brasília, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm. Acesso em 21 jan. de 2011.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo / Ministério do Meio Ambiente (1994). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Embratur / Ibama, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA**. 3. Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRUGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 3ª ed. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p. (Biodiversidade 4).

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Sistema de Áreas Protegidas do Contínuo da Cantareira**. Disponível em: <http://www.fflorestal.sp.gov.br/cantareiraApresentacao.php>. Acesso em 17 jan. de 2011.

GUANAES, S A. **“Meu Quintal não é Parque!” Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), IFCH-UNICAMP, Campinas, 2006.

HOEFFEL, J. L. M.; SEIXAS, S. R. C.; GONÇALVES, N. M. Identidade, urbanização e saber popular – um estudo sobre plantas medicinais nas APAs Cantareira/SP e Fernão Dias/MG. **Anais do Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano**. Natal/RN, 2010.

IRVING, M. et al. Construção de governança democrática: Interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil, In: IRVING, M. (Org.) **Áreas protegidas e inclusão social**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006, p. 41-75.

LIMA, M. L. C. (Eco)turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003, p.71-88.

LUZZI, D. Educação Ambiental: pedagogia, política e sociedade. In: PHILIPPI, JR. A.; PELICIONI, M.C.F.(editores). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005 p. 381-400.

MEDEIROS, R. A Política de criação de áreas protegidas no Brasil: evolução, contradições e conflitos. **IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Anais v.1. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004, p. 601-611.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, M. (Org.) **Áreas protegidas e inclusão social**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006, p. 13-40.
PELLIN, A. (Coord.). **Criação de sistemas de áreas protegidas do contínuo da Cantareira**: Serras do Itaberaba e Itapetinga. São Paulo: SMA, 2010.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: Efraim Rodrigues, 2001.

SABESP. **Sistema Cantareira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1989.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo: SMA, 2000.

_____. **Decreto Estadual nº 55.662, de 30 de março de 2010**. São Paulo, Assembléia Legislativa, 2010.

RESUMO

A recente criação de novas unidades de conservação (UC) na porção nordeste do Estado de São Paulo vem gerando diversos conflitos de interesses. Apesar de representar um benefício à conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida em localidades que passam por um processo de urbanização e crescimento desordenado, a apropriação destas áreas tem ocasionado conflitos pelo uso do espaço. Além disso, a gestão destas UCs, que possuem aproximadamente 29 mil hectares, constitui-se um desafio. Dentre estas se destaca o Parque Estadual do Itapetinga, objeto de estudo do presente trabalho, que visa apresentar as características socioambientais e avaliar os desafios e potencialidades do mesmo. Os procedimentos metodológicos que orientaram a elaboração do trabalho envolveram o levantamento bibliográfico e coleta de dados secundários. Verifica-se que a criação deste Parque protegerá um importante remanescente de Mata Atlântica que vem sofrendo pressões antrópicas, impedindo a urbanização e o parcelamento do solo e adequando as atividades a serem desenvolvidas na área, contudo, determina alterações no uso do espaço e, conseqüentemente, na dinâmica local, fator gerador de diversos conflitos. Acredita-se que a articulação entre o poder público e a sociedade civil e a gestão compartilhada desta UC seria uma forma de minimizar os conflitos existentes e potencializar os benefícios que a mesma pode possibilitar.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Parque Estadual do Itapetinga. Gestão Ambiental. Conservação Ambiental. Conflitos de Uso. Biodiversidade.

ABSTRACT

The recent creation of new conservation areas (CA) in the northeastern part of São Paulo State has generated several conflicts of interest. Although it represents a benefit to the

biodiversity conservation and improves the quality of life in towns that are passing through a process of urbanization and sprawl, the ownership of these areas has caused conflicts over the land use. In addition, the management of these protected areas, which have approximately 29,000 hectares, consists in a challenge. Of particular note stands the Itapetinga State Park, the object of the present study, which aims to present the social environmental characteristics and evaluate the challenges and potentials of this park. The methodological procedures that conducted the development of this research project involved literature review and secondary data collection. The creation of this park will protect an important remnant of Atlantic Forest that has undergone anthropogenic pressures, preventing the urbanization and land subdivision and adapting activities to be developed in the area, however, the park creation determines changes in the land use and therefore in the local dynamics, causing many conflicts. It is considered that an adequate relationship between government and civil society and a shared management project of this conservation area would be a way to minimize conflicts and maximize the benefits that it can enable.

Key words: Protected Areas. Itapetinga State Park. Environmental Management. Environmental Conservation. Land Use Conflicts. Biodiversity.

Informações sobre os autores:

¹ Nayra de Moraes Gonçalves - <http://lattes.cnpq.br/9703941932203592>

Bacharel em Turismo pela Universidade São Francisco. Especialista em Gestão Ambiental e Sustentabilidade pelas Faculdades Atibaia/Atibaia/SP.

Contato: nayragoncalves@gmail.com

² João Luiz de Moraes Hoeffel - <http://lattes.cnpq.br/7635072427530391>

Doutor em Ciências Sociais IFCH/UNICAMP. Professor do Curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental e Sustentabilidade e Coordenador/Pesquisador do Núcleo de Estudos em Sustentabilidade das Faculdades Atibaia, Atibaia/SP.

Contato: jlhoeffel@gmail.com

Recebido: 14-06-2011

Aceito: 02-08-2011